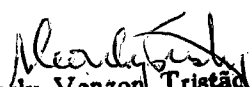


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIO-ECONOMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

CASA DA LIBERDADE: ESPAÇO CIDADÃO

Aprovado Pelo DSS
Em 08/07/97

*Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Catarina para a obtenção do título
de Assistente Social orientado pela Professora Juçília
Vieira de Castro.*


Maristela Antonia dos Santos
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

MARISTELA ANTONIA DOS SANTOS

Florianópolis (SC)
junho de 1997.

SER ADOLESCENTE

*Dizem que sou adolescente
Adolescente sei que sou
Mas um dia terei saudade
Do adolescente que passou;*

*O adolescente traz em sua memória
A sua história
Cheia de mágoa e de dor
Triste vida Tão sofrida
Num país que falta o amor;*

*O adolescente é o futuro jovem
Em busca de seu caminho
Por isso precisamos tratá-lo
Com muito carinho;*

*Cuidar dos adolescentes
Não é coloca-los em prisão
Eles precisam de afeto e dedicação;*

*Já sofri muito na rua
Neste país que vive no
Mundo da lua
Não quero mais sofrer
Neste Mundo que não
Me deixa aprender*

*Devemos ter esperança
De encontrar a solução
Com tantos problemas hoje
Em dia, envolvendo
Nossa Nação.*

Ana Cristina de Medeiros

AGRADECIMENTOS

- Aos meus pais, Seriacó e Antônia, que estiveram sempre me apoiando.
- Às minhas irmãs Terezinha, Mariléia, Margarete, Simone; ao meu irmão Jaison e a minha sobrinha Isabela, torcedores incansáveis por meu sucesso.
- Ao José Irineu, pelo incentivo constante estando sempre ao meu lado.
- Aos meus cunhados Edson, Flávio e Martin, pela força.
- À Assistente Social Silvanira, pela dedicação com que me acompanhou durante o estágio e pela amizade que ficou.
- À Professora Jucília, pela participação neste momento final e tão importante.
- Às inesquecíveis amigas e companheiras de turma, Alessandra, Anne, Viviane, Denise, Elis Regina e Rute.
- À amiga de tantos anos, Rosilene.
- Aos funcionários da Casa da Liberdade: Espaço Cidadão, em especial aqueles com quem os laços de amizade ficou mais forte: Lindomar, Márcia, Paula, Maurício, Marisa, Idésia, Dionisia e Gisele.
- Aos adolescentes da Casa da Liberdade: Espaço Cidadão pela amizade e confiança.
- A todos aqueles que de um forma ou de outra estiveram presentes nesta caminhada.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
-----------------	----

CAPÍTULO I

CASA DA LIBERDADE: ESPAÇO CIDADÃO

1.1 - Contextualização histórica.....	08
1.2 - Um novo espaço para a Casa da Liberdade: Espaço Cidadão.....	21

CAPITULO II

PERFIL DO ADOLESCENTE

2.1 - Quem é o adolescente?.....	29
2.2 - O adolescente da Casa da Liberdade: Espaço Cidadão é igual a todo adolescente?.....	34

CAPITULO III

A CIDADANIA EM CONSTRUÇÃO

3.1 - Os primeiros sinais de cidadania.....	47
3.2 - Em busca da cidadania.....	53

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63
ANEXO I - RELATÓRIOS	66
ANEXO II - FOTOS.....	67

INTRODUÇÃO

“Como as cores, que não podem ser pensados sem extensão, cidadania só se configura quando encarnada em um indivíduo, o cidadão. É ele que realiza sua existência, enquanto ela lhe confere uma identidade”(FERREIRA, 1993: 19).

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, é resultado de nossa experiência de estágio na “Casa da Liberdade: Espaço Cidadão” no Programa de atendimento à crianças e adolescentes, da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Procuraremos resgatar, o que vivenciamos em nossa prática de estágio abordando no primeiro capítulo, “Casa da Liberdade: Espaço Cidadão”, sua trajetória tendo em vista a necessidade de conhecermos os caminhos trilhados desde sua criação, as dificuldades e os avanços pelos quais passou e a importância que passou a ter para os adolescentes e crianças que atende através de um trabalho sócio pedagógico, na perspectiva de resgatar a cidadania.

No segundo capítulo mostramos o “Perfil do Adolescente” atendido na Casa da Liberdade, buscando conceituar o que vem a ser adolescente, bem como as questões que permeiam a adolescência. Procuramos esclarecer as

semelhanças e diferenças entre os adolescentes de baixa renda e os adolescentes de classe média, nas suas dificuldades e expectativas de vida futura.

/No terceiro capítulo enfocamos a “Cidadania em Construção”, elucidando rapidamente sobre os momentos históricos que provocaram avanços na cidadania da nossa sociedade e finalmente analisamos as formas como o Serviço Social na Casa da Liberdade atuou na perspectiva de construção da cidadania desses adolescentes, para que possam lutar por seus direitos, na busca de melhores condições de vida./

CAPITULO I

CASA DA LIBERDADE: ESPAÇO CIDADÃO

1.1 - Contextualização histórica.

Nas últimas décadas, houveram profundas transformações demográficas, econômicas e sociais que repercutiram nas diferentes esferas da vida familiar e na sociedade brasileira.

A transição demográfica que teve início nos anos 40, com uma queda rápida da mortalidade infantil, seguida a partir dos anos 60 pelo declínio da fecundidade que atingiu progressivamente todas as camadas sociais, afetou intensamente a composição e o tamanho das famílias. Por outro lado, o acelerado processo de urbanização e o crescimento econômico, trouxeram consigo a mudança dos valores da família brasileira.

Entre 1960 e 1985 a população urbana brasileira teve um aumento de 35%, provocando um sério impacto na qualidade de vida dos habitantes e como consequência o aparecimento da população infanto-juvenil nas ruas das grandes cidades. Crianças e adolescentes advindos primordialmente de famílias que na busca de sobrevivência, passaram a criar estratégias iniciadas muitas vezes em atividades consideradas marginais. São famílias excluídas dos direitos

fundamentais básicos da existência humana tais como: habitação, saúde, educação, lazer e trabalho.

Tais situações, configuravam o dramático quadro de pobreza, de desrespeito aos direitos sociais, resultado, em parte, da má distribuição de renda e da ineficiência das políticas sociais.

Com o seu aparecimento nas ruas, a criança e o adolescente, que até então não apresentavam uma identidade grupal significativa, passaram a ser vista com mais importância.

A questão ganha *status* nacional e em 1964 criou-se a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor - FUNABEM (Decreto n.º. 4313 de 01/12/64) e a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor - FEBEMs, sob a inspiração da Lei de Segurança Nacional. A preocupação do Estado não era a condição de pobreza em que se encontrava o "menor" ou as condições de trabalho prematuro que levavam ao desequilíbrio biopsicossocial, mas a grande preocupação foi que esse segmento fragilizado passou a transgredir as normas sociais estabelecidas com único propósito de sobreviver. Assim, a institucionalização do "menor", surgiu mais como medida de proteção à sociedade do que de proteção à população infanto-juvenil das ruas.

Em 1979 foi criado o Código de Menores (Lei 6697/79), que passou a dar respaldo às práticas repressivas aos "menores".

Em Santa Catarina foi criada, através do Decreto n.º 664 de 30/07/75, a Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor - FUCABEM. Dessa forma concretizou-se a nível Estadual, a proposta da FUNABEM, ou seja, de que toda unidade da Federação tivesse um organismo para atuar e resgatar a responsabilidade do Estado junto às crianças e adolescentes marginalizados nos municípios, colocando em prática as diretrizes da Política Nacional do Bem Estar do Menor, sendo a FUCABEM responsável pela implementação e execução dessas diretrizes.

A FUCABEM nesse período, encontrou na Ação Social Arquidiocesana - ASA - uma aliada que se colocou a disposição para apoiar o trabalho, pois já vinha desenvolvendo um trabalho comunitário.

E foi nesse contexto que surgiu o Sub-Programa de Atendimento a Meninos de Rua da Prefeitura de Florianópolis, dando origem mais tarde, à Casa da Liberdade: Espaço Cidadão.

No início dos anos 70, o número de “menores” que fluíam para o centro da cidade era enorme. Nesse espaço passavam a exercer as mais variadas atividades lucrativas: vendendo jornais, esmolando, lavando e guardando carros entre outras atividades. Essa situação fez surgir uma maior preocupação das autoridades municipais resultando na constituição de um grupo de trabalho,

integrado por representantes de vários órgãos e entidades, cujos objetivos era a busca de alternativas que fizessem frente ao problema.

Foi criado o “Projeto Menor Guardador de Carros”, com a finalidade principal de atender e organizar os meninos e meninas que se encontravam nesse meio de atividade.

O Projeto foi implementado na área do Aterro da Baía Sul, considerado o lugar com maior fluxo de meninos e meninas, sob a coordenação da antiga Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis - SESAS.

Alguns meses após sua criação o Projeto foi extinto, devido à ocupação do espaço físico com execução de obras de urbanização, agravando o problema de aglomeração de meninos e meninas nas ruas da cidade.

Uma pesquisa realizada pelo SESAS, em 1975, deixou claro que a maior necessidade dos meninos que viviam perambulando nas ruas era a de garantir rendimento para ajudar na manutenção das suas famílias.

Com a constatação desse fato foi criado o Programa do Bem Estar do Menor - PROBEM - que tinha como proposta a execução de projeto de organização de atividades laborais para esses meninos e meninas: guardadores de carros, mensageiros, jornaleiros, engraxates, vendedores ambulantes (picolé e sorvete) e carregadores de feira.

Os recursos para a execução do Programa foram garantidos através de um Convênio assinado em 01 de agosto de 1975 entre a Prefeitura Municipal de Florianópolis, Governo do Estado de Santa Catarina (antiga Secretaria do Trabalho e Promoção Social) e FUCABEM. Outra fonte de recursos foi garantida com o sancionamento da Lei Municipal nº1373, que permitiu à Prefeitura Municipal de Florianópolis a exploração das áreas de estacionamento de veículos cuja arrecadação se destinaria à manutenção dos programas assistenciais da SESAS.

Entre 1975 e 1987, muitos dos Projetos do PROBEM foram extintos: Guardador de Carros, Mensageiros, Jornaleiros, Engraxates, Vendedores Ambulantes (picolé e sorvete), bem como alguns Centros de Bem Estar do Menor, entre eles o CEBEM Urbano.

Os anos 80 foram marcados pela ausência de políticas agrárias, o que desencadeou um processo migratório do campo para cidade, formando os chamados bolsões de pobreza nos grandes centros, inclusive na periferia Florianopolitana, levando a um maior aparecimento de crianças e adolescentes perambulando pelas ruas centrais da cidade, em especial na área da Catedral Metropolitana, fato que levou o Pároco Pedro Keller, em 1983, a entrar em contato com a Prefeitura Municipal de Florianópolis para que fossem tomadas

providências, objetivando a criação de programas de atendimento que privilegiassem esse segmento da sociedade, cada vez mais numeroso.

Nessa ocasião foi realizado um encontro para discussão da problemática, entre a Secretaria do SESAS - Prefeitura Municipal de Florianópolis, o Juizado de Menores, a Delegacia de Menores e a FUCABEM, ficando sob a responsabilidade desta última a elaboração de um projeto de atuação.

O primeiro passo desse grupo, foi a realização de uma pesquisa para conhecer o perfil da criança e do adolescente que se encontravam na rua.

A pesquisa realizada na época, resultou que as crianças e adolescentes tinham entre 10 e 14 anos, sendo que a maioria eram meninos (86,86%) entre 12 e 14 anos, 13,15% eram meninas na faixa etária de 08 e 11 anos de idade. Destes, 76,43% afirmavam estar na escola, mas este fato, segundo os autores da pesquisa, não condizia com a realidade observada nas ruas. Os analfabetos eram em torno de 12,79% e 83,89% conviviam com a família¹.

O resultado da Pesquisa apresentado ao grupo de entidades, mostrou a necessidade emergente da elaboração e aprovação do Projeto de implementação do Programa de Atendimento ao Menino de Rua.

¹ Dados retirados do Trabalho de Conclusão de Curso de Sônia M. Coelho.

Em maio de 1984, formou-se um Conselho Deliberativo, com os representantes das Entidades e Instituições envolvidas, constituindo-se assim, a primeira equipe de trabalho. Esta equipe de trabalho foi distribuída estrategicamente no Centro de Florianópolis, com o objetivo de formar laços afetivos e efetivos para conhecer melhor os problemas do cotidiano dos meninos.

O grupo de Entidades e Instituições envolvidas, montaram em novembro de 1984, uma barraca no Aterro da Baía Sul que passou a garantir alimentação aos meninos e meninas que estavam na rua, pois a falta de alimentação era uma questão que se agravava a cada dia.

Em dezembro de 1984, foi realizada uma reunião de avaliação do Trabalho pelo Conselho Deliberativo.

O afastamento do Prefeito de Florianópolis, Sr. Cláudio Ávila da Silva devido a sua candidatura para Deputado Federal, sendo substituído interinamente pelo Presidente da Câmara Municipal Sr. Aloísio Piazza, que foi substituído posteriormente pelo Sr. Edson Andrino - Prefeito eleito pelo povo na volta da democracia após o período de ditadura militar, provocaram mudanças políticas que ocasionaram o enfraquecimento do Conselho Deliberativo. As

representações das Instituições e Órgãos se afastaram, ficando na execução direta a Prefeitura Municipal de Florianópolis e a FUCABEM.

A falta de segurança e de pessoal, tornou inviável a continuação dos trabalhos na barraca em 1985, pois haviam somente 05 (cinco) pessoas trabalhando das 14 (quatorze) iniciantes, sendo 04 (quatro) da FUCABEM e 01 (um) da Prefeitura Municipal de Florianópolis, e a barraca havia se tornado ponto de encontro dos meninos e meninas de rua.

Os trabalhos na rua se prolongaram por mais de um ano, sendo cada vez mais evidente a necessidade de um espaço físico para o atendimento dos meninos e meninas. Na época, foi cogitado um espaço no Mercado Público Municipal, mas não foi possível sua ocupação.

Em setembro de 1985, a Equipe de Trabalho conseguiu um espaço no 1º andar do Prédio do IPESC, localizado na esquina das ruas Trajano com a Conselheiro Mafra. Os meninos e a Equipe fizeram a limpeza e organizaram o material disponível, dando início aos trabalhos na Sede, nome dado ao local e onde eram desenvolvidas:

- * Atividades básicas: refeições, rotina de higiene corporal e limpeza geral;
- * Atividades operativas: teatro, esportes, estudo dirigido e ginástica (capoeira);
- * Atividades produtivas: coleta e venda de papelão, confecção de saches, bananas recheadas e pastéis;

* Outras atividades: assembléias geral semanal, encaminhamento ao mercado de trabalho e a cursos profissionalizantes, atendimento individual e grupal e visitas domiciliares.

Com o funcionamento da Sede, os trabalhos de rua foram suspensos. Os trabalhos nessa Sede duraram aproximadamente 04 (quatro) meses, pois o espaço foi solicitado pelo Presidente do IPESC, para sediar a Coordenação do órgão.

Outro espaço foi cedido também pelo IPESC, localizado nos fundos do Instituto Estadual de Educação à Rua José A. Farias, 29-Centro - Florianópolis - SC. Sendo este espaço menor do que o anterior houve prejuízo do atendimento levando a evasão dos meninos e meninas.

Em 1986, apesar das dificuldades com o espaço físico e a defasagem de profissionais, outras atividades passaram a ser desenvolvidas, além das mencionadas anteriormente: limpeza de praias e lixeiras, onde as meninas e os meninos recebiam salário pago pela COMCAP no valor de 1 (um) salário mínimo da época. Contudo foi constatado que o dinheiro era muitas vezes utilizado para a compra de tóxicos e bebidas.

Devido a falta de condições e a carência de recursos humanos, materiais e financeiros, em 1987 as atividades se reduziram as assembléias semanais, alimentação e higiene diária.

Nesta época a FUCABEM já havia transferido a execução direta do Programa para a Prefeitura Municipal de Florianópolis, pois foi desativada pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

Tendo em vista a grave situação em que se encontrava a Sede do Programa em meados de 1987, a Prefeitura de Florianópolis, alugou uma casa situada na Av. Hercílio Luz, 33 - Centro - Florianópolis - SC, onde passou a funcionar o Projeto de Atendimento à Meninos de Rua de Florianópolis denominado pelos meninos da “Casa da Liberdade”.

O espaço utilizado era bastante pequeno e atendia a cerca de 34 crianças e adolescentes de ambos os sexos, que evadidos da escola, de casa ou provenientes de famílias negligentes, viviam nas ruas na tentativa de garantir a sua sobrevivência. O Projeto contava com três funcionários da Prefeitura de Florianópolis: uma Professora primária, um Coordenador, uma merendeira, três estagiárias de Pedagogia e um funcionário à disposição cedido pelo Estado. O Programa desenvolvia as seguintes atividades:

Saúde:

- * Atendimento de enfermagem;
- * Encaminhamento médico e odontológico;
- * Campanha de saúde e saneamento básico.

Educação:

- * Acompanhamento pedagógico;
- * Reforço escolar, recreação e desporto;
- * Acompanhamento e exames biométricos.

Trabalho:

- * Cooperativa de produção de: banana recheada, amendoim japonês e picolé;
- * Encaminhamento ao mercado de trabalho.

O Programa era mantido através de convênio entre CBIA, PROBEM e Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Em 1988, um grande passo foi dado em direção ao resgate da cidadania da criança e do adolescente: a inclusão dos artigos 227 e 228 na Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988:

“É dever da família, da comunidade, em geral e do Poder Público assegurar, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, exploração, violência, crueldade, e opressão”(art.227).

“São penalmente inimputáveis os menores de 18 anos sujeitos às normas de legislação especial” (art.228) .

Esses artigos trouxeram em seu bojo uma mudança conceitual muito importante, ao adotar a terminologia “criança e adolescente” ao invés de

“menor”. Sendo este termo uma categoria jurídica, refere-se tanto ao desenvolvimento da vida biológica quanto a vida cívica (ser político). Ao atingir a maioria, estes meninos e meninas supostamente deveriam atingir também a cidadania formal. Mesmo indicando uma categoria jurídica, o termo começou a ser usado para designar os filhos da população de baixa renda, reduzindo assim as outras dimensões desses seres humanos apenas, ao jurídico. Ao completarem a maioria esses meninos e meninas não atingiam a cidadania plena como era de se esperar, pois estigmatizados pela sua condição social, continuavam na marginalidade.

Além da mudança da terminologia, a Constituição de 1988 os declarou sujeito de direitos.

A partir desta concepção, surge a necessidade de uma transformação total nas leis, das instituições e na proposta pedagógica e metodológica dos programas de atenção a crianças e adolescentes.

É dentro desse paradigma que foi elaborado o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/90, que entrou em vigor no dia 14 de outubro de 1990, extinguindo-se o Código de Menores.

Nesse mesmo ano, o Projeto passou a se denominar “Casa da Liberdade CEC Urbano”, por estar atendendo crianças e adolescentes das comunidades periféricas e não mais só de rua.

Comparando os números do Censo Demográfico de 1980 com os números do Censo de 1991 verificamos, que em todas as regiões ocorreu uma diminuição da população infanto-juvenil, sendo que em 1980 o Censo registrou uma população de 45,3% de crianças e adolescentes e em 1991 de 41,0%. Isso se deveu a queda da taxa de natalidade nesse período que ficou em 37,2%.

Outro dado registrado pelo Censo foi o aumento de crianças e adolescentes nas áreas urbanas e a diminuição nas áreas rurais. Em 1980 63,3% das crianças e adolescentes residiam nas cidades e 36,7% na área rural. Em 1991 essa realidade já se mostrou bastante alterada, pois 72,0% das crianças e adolescentes residiam nas áreas urbanas e 28,0% nas áreas rurais.

Florianópolis também sofreu um aumento no número de crianças e adolescentes, chegando ao percentual de 21,82% da população de Florianópolis em 1991, na faixa etária de 07 a 17 anos de idade.

Considerando esse aumento da população infanto-juvenil em Florianópolis e especialmente o percentual daqueles vindos de famílias de baixo poder aquisitivo, que freqüentavam o centro da cidade em busca de sua própria sobrevivência atuando no mercado informal de trabalho, bem como aqueles que vagavam pela cidade sem nenhuma ocupação, desamparados da proteção familiar, comunitária e governamental tornando-se vulneráveis a exploração de terceiros e não possuindo acesso aos serviços básicos como saúde e educação, é

que técnicos da Divisão da Criança e do Adolescente e da Casa da Liberdade, foram em busca de parcerias para a construção de uma nova sede, à fim de resgatar o trabalho com crianças e adolescentes de rua e desenvolver atividades com crianças e adolescentes das comunidades vizinhas.

E é desse novo espaço que trataremos no próximo item.

1.2 - Um novo Espaço para a Casa da Liberdade.

A Passarela do Samba “Nego Quirido” em Florianópolis foi considerada pela Equipe Técnica da Divisão da Criança e do Adolescente, um espaço propício para a construção da sede, já que se encontrava ocioso durante a maior parte do ano.

Em 1991 a Equipe Técnica elaborou um anteprojeto, visando otimizar o espaço para uso educacional. Foram feitos contatos com o IPUF para elaboração do Projeto Arquitetônico e o encaminhamento de toda a documentação necessária para a captação de recursos junto ao CBIÁ. Outras colaborações para a construção do prédio foram feitas pela Empresa Porto Belo, Loja Maçônica da Arte Real, além de recursos próprios da Prefeitura Municipal de Florianópolis e da Associação Florianopolitana de Voluntárias - AFLOV -

que contribuiu durante todo o processo, com apoio logístico e recursos financeiros.

As obras de construção da Casa da Liberdade iniciaram em 03 de julho de 1992 na Administração do Prefeito Antônio Henrique Bulcão Vianna e foi inaugurada em dezembro de 1993 na Administração do Prefeito Sérgio José Grando.

O novo espaço passou a chamar-se “Casa da Liberdade: Espaço Cidadão”. Ao ser elaborado este novo espaço teve o seu princípio pautado em processos educacionais e numa abordagem que privilegiasse todo o avanço de conhecimento pedagógico numa perspectiva de transformação. Buscou-se nessa proposta de Educação e Trabalho, implementar ações coletivas, numa concepção de construção de cidadania.

(A Casa da Liberdade, como espaço físico possui uma área bastante privilegiada, ocupando aproximadamente 1000m² de área construída.) O prédio possui 1 refeitório, 2 banheiros múltiplos, 4 banheiros simples, 1 auditório, 17 salas, 1 cozinha e 5 depósitos de materiais (alimentação, limpeza e outros).

Em 1994, a Casa da Liberdade recebeu outros recursos para a aquisição de equipamentos permanentes e materiais de consumo. Esses recursos vieram do CBIA e Loja Maçônica, bem como de novas parcerias como do

Fundo Canadá e Secretaria de Administração e Justiça através do FIA e AFLOV.

No 1º ano de funcionamento foi possível oferecer cursos de datilografia, esporte e lazer, técnicas de marmorização e manicure, além do atendimento integral a 34 (trinta e quatro) crianças e adolescentes da antiga sede.

Em 1995, o número de crianças foi ampliado, novas atividades foram organizadas: na área cultural em parceria com a Fundação Franklin Cascaes, junto com as Universidades Federal e Estadual, oficinas de capacitação de educadores e multiplicadores, sendo implantadas novas oficinas profissionalizantes junto à Divisão de Profissionalização da Prefeitura de Florianópolis. Também foram retomados os trabalhos de articulação comunitária.

O quadro funcional no ano de 1995 era deficitário, sendo que muitos dos profissionais eram lotados na Secretaria Municipal de Educação, ocorrendo algumas dificuldades, pois no período de férias escolares esses também tiravam suas férias coletivas diminuindo assim o número de funcionários e aumentando o número de crianças para atender.

Em meados de 1995 foi realizado concurso público pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, para a contratação de novos

profissionais, visando a melhoria do quadro de funcionários e oferecimento de melhor atendimento aos meninos e meninas da Casa da Liberdade.

Com o aumento do quadro funcional, a partir de julho de 1995, foi possível formar uma Equipe Técnica (2 Assistentes Sociais, 1 Psicóloga, 1 Pedagoga). Nesse período a Casa da Liberdade passou a ser Coordenada por uma nova Profissional de Serviço Social, que procurou reestruturar a metodologia de trabalho, aproveitando mais o espaço e tornando o atendimento às crianças e adolescentes mais dinâmico.

Em 1996, passaram a ser elaborados relatórios semestrais que indicavam os dados quantitativos da Casa da Liberdade tais como: número de crianças e adolescentes inscritos e desligados no Programa, número de refeições servidos, número de atendimento sociais e psicológicos, número de encaminhamentos ao mercado de trabalho, números de formandos nas oficinas profissionalizantes, encaminhamento a outras instituições, entre outros (anexo 01).

As crianças e adolescentes da Casa da Liberdade passaram a ser atendidas de acordo com a faixa de idade, ou seja, as crianças entre 07 e 10 anos ficariam na Turma I, entre 11 e 13 anos na Turma II e entre 14 e 18 anos na Turma III. Cada Turma passou a ter um(a) Educador(a) Social como

responsável, coordenando as atividades das crianças e adolescentes das respectivas turmas.

Em 1996, a “Casa da Liberdade: Espaço Cidadão” contava com 20 (vinte) funcionários efetivos no Projeto através de Concurso Público, 1(uma) funcionária da AFLOV, 1(uma) Assistente Social cedida pela EPAGRI, 1(uma) estagiária de Serviço Social, 3(três) estagiárias de Educação Física e 320 (trezentos e vinte) crianças e adolescentes inscritos.

Além das oficinas já existentes na Casa da Liberdade como: datilografia, informática, corte e costura, encadernação, marmorização, papel reciclado e supletivo de 1º à 4º série, foram implantadas outras:

- * Através da Fundação Franklin Cascaes - acrobacias, arte folclórica, flauta doce e cerâmica;
- * Através do SINE - corte e costura, manicure e pedicure, *office boy* e *girls*;
- * Oficinas oferecidas por voluntários - comunicação, inglês, recepcionista e origame;
- * Através da Fundação Municipal de Esportes - as oficinas de natação e *surf*.

Foram realizadas 03 (três) formaturas, entre dezembro de 1995 e dezembro de 1996. Nestas formaturas foram entregues em média 110 (cento e dez) Certificados de Conclusão de cursos profissionalizantes (Datilografia, manicure e pedicure, informática, corte e costura, encadernação e reciclagem de

papel) aos adolescentes de 14 à 18 anos e aos adultos inscritos nos cursos do SINE (sem limite de idade).

Nesses 18 (dezoito) meses de Estágio de agosto de 1995 à novembro de 1996, observamos que a participação da família das crianças e adolescentes foi mais freqüente, incentivados pela abertura conferida através das visitas, reuniões de pais e Educadores e outras atividades que possibilitaram essa aproximação.

Essa metodologia de trabalho deu à Casa da Liberdade uma característica muito diferente da que possuía, pois o espaço passou a ter mais “atrativos”, conseqüentemente atraindo mais crianças e adolescentes.

Ao chegarem na Casa da Liberdade: Espaço Cidadão, indicados por amigos ou encaminhados por outras Instituições, as crianças e adolescentes eram atendidas pelo Serviço Social, onde passavam por uma entrevista para * preenchimento da ficha cadastral; em seguida eram levados para conhecer as dependências do prédio e sua respectiva turma.

Quando houvesse dificuldades constatadas pelo Educador em relação ao seu aluno, o mesmo era encaminhado ao Serviço Social, que através de * atendimentos individuais e/ou familiares estudava cada caso. Utilizava-se também de visitas domiciliares como intervenção de estudo e a aproximação à * família. As conversas com os adolescentes e crianças eram constantes, pois

muitas vezes ouvi-los e compreender sua situação sócio familiar era a melhor estratégia de conseguir resultados.

Eram realizados grupos de Serviço Social semanalmente, chamados de "Trocando Idéias". Nesse espaço eram discutidos assuntos do cotidiano do Programa e/ou do cotidiano dos adolescentes. Esse constituiu-se em um espaço de troca de idéias, opiniões e conhecimento sobre diversos assuntos, sendo repassados também noções de higiene, comportamento e sexualidade.

Foram realizadas reuniões de pais, fato inovador no Programa, com o objetivo de incentivar os pais e responsáveis a uma maior participação no cotidiano de seus filhos e ao mesmo tempo, poderem conhecer melhor o trabalho realizado. Ao contrário do que acontece nas reuniões de algumas escolas, os pais eram chamados na Casa da Liberdade para fazer parte do processo, para discutir possibilidades de trabalho conjunto e não para ouvir apenas, que seu filho é "mal educado" ou "rebelde". Procurou-se estimular a auto-estima dos pais para que estes conseqüentemente o fizessem com seus filhos.

As visitas domiciliares eram periódicas, porém algumas dificuldades eram encontradas: transporte ineficiente e a dificuldade de encontrar os responsáveis em suas residências, pois a maioria se encontrava trabalhando.

Foi implantado o sistema de "buffet" nas refeições, onde as crianças e adolescentes se serviam, utilizando-se de prato de louça, garfo e faca, pois

resgatar cidadania é também prepará-los para o mundo “competitivo” e educativo.

Os atendimentos individuais foram constantes, até porque as crianças e adolescentes estavam sempre em contato com o Serviço Social . Outra forma de se expressarem era através da música e da dança, sempre presente no dia-a-dia dos adolescentes, mostrando suas insatisfações ou suas alegrias.

Essa nova forma de organização da Casa da Liberdade, proporcionou um atendimento mais dinâmico, atingindo um maior número de crianças e adolescentes. Abrindo novas possibilidades à essa população infanto-juvenil que vive a margem da sociedade, para que esses não cheguem as ruas (anexo 02).

CAPITULO II

PERFIL DO ADOLESCENTE

2.1 - Quem é o adolescente ?

Para Chico Buarque o adolescente é assim:

*“Ai, que saudade que eu
tenho
Dos meus doze anos
Dar banda por ai
Ai que saudade que eu tenho
Duma travessura
O futebol de rua
Sair pulando”²*

Vários autores entendem adolescência como uma fase da vida, muito especial na existência humana, pois é nessa fase que acontece a passagem do ser criança para o ser adulto. Nela acontecem as mudanças biopsicossociais. É na adolescência que aparecem os grandes desafios e questionamentos como: distinguir o que sou, o que desejo, ou como farei para que os outros me reconheçam como indivíduo.

De acordo com Azevedo, os primeiros sinais de que a adolescência está chegando são as transformações físicas : a estatura se eleva, o pé já não

² Trecho da música “Doze anos” de Chico Buarque.

cabe mais no tênis, a calça de moletom fica curta. As marias-chiquinhas não são bem vindas pelas meninas e ambos os sexos não aceitam mais que a mãe escolha o que devam usar. “*E a primeira tentativa de definir a identidade, de fazer uso da vontade e sentir o efeito*” (Azevedo, 1995: 11).

As mudanças hormonais ocorridas neste período trazem oscilações de humor. São mudanças metabólicas que interferem no *astral* e são responsáveis pelo aparecimento dos seios, das espinhas, dos pêlos nas regiões pubianas e nas axilas, indicando o início de um processo que é resultado da ação hormonal, a partir do desenvolvimento das gonodas (testículos nos meninos e ovários nas meninas), ocorrendo o fenômeno mais significativo dessa fase, a menarca, ou seja, a primeira menstruação da menina e a primeira ejaculação do menino. Essa transformação traz muitas vezes algum desconforto para esses seres que estão se desenvolvendo rapidamente. É o adeus ao corpo infantil.

Nessa etapa da vida do adolescente, os conflitos se intensificam, com ele próprio e com a sociedade que não contempla suas necessidades e não entende as mudanças que estão ocorrendo. O adolescente já não pode mais correr para o “colo da mãe”, pois não é mais criança, mas também não pode opinar como gostaria, porque ainda não é adulto e nem totalmente responsável. Sobre isso assim se expressa Azevedo:

“O processo de afirmar uma identidade envolve inúmeros aspectos: desde a

despedida da infância passando pela descoberta das mudanças do corpo e da alma, pela escolha do caminho para a vida adulta, tudo isso ao mesmo tempo e num turbilhão. Não é à toa que surgiram a prancha de surf e o skate. Há ondas enormes para serem dribladas, ruas e avenidas para serem vencidas depressa” (Azevedo, 1995: 08).

Ao longo dos anos a juventude vem marcando época, com sua maneira própria e irreverente de se fazer notar e principalmente, de expressar seu desagrado em relação ao mundo adulto cheio de regras e mecanismos para sua alienação.

Os anos 50, foram marcados pela “juventude transviada”, onde alguns jovens se reuniam em *gangs* e a delinquência e agressividade eram a marca do seu comportamento. Nos anos 60, após a guerra do Vietnã, teve início a explosão das drogas, e gradativamente o consumo foi aumentando. Nessa época apareceram os *hippies*, a calça LEE, os cabeludos e outros movimentos que foram sucedendo ao longo das últimas décadas como os políticas-estudantis, a negação da ordem estabelecida através da moda descontraída e dos esportes radicais. Mas segundo Becker (1989:09):

“do ponto de vista do mundo adulto, isto é, o sistema ideológico dominante, o adolescente é um ser em desenvolvimento e em conflito. Atravessa uma crise que se origina basicamente em mudanças

corporais, outros fatores pessoais e conflitos familiares. E finalmente, é considerado “maduro “ ou “adulto” quando bem adaptado à estrutura da sociedade, ou seja, ele se tornar mais uma “engrenagem da máquina”.

Resultado disso, é a preocupação do adolescente com sua futura ocupação profissional, pois esta é uma das maiores expressões de *status* da nossa cultura e uma exigência da sociedade. Porém dependerá de vários fatores a escolha profissional do adolescente: saúde, educação, estrutura familiar, grupo cultural e principalmente a classe social e econômica a que pertence. Sabe-se que as condições de escolha de um adolescente com um bom nível de renda não são as mesmas de um adolescente com baixo nível econômico.

O adolescente de classe média, aos quinze ou dezesseis anos, de idade normalmente está concluindo o 2º grau, escolhe uma profissão que provavelmente irá exercer pelo resto da vida. Muitas vezes pressionados pela família ou pelo grupo social optam por uma profissão que de preferência lhe dê lucro e *status*. Mas esta opção sem qualquer experiência prévia, poderá causar frustrações futuras.

Já nas classes de baixa renda, onde os adolescentes não tem as mesmas possibilidades de estudos em bons colégios como os adolescentes de classe média, são eles vítimas das instituições públicas de ensino formal que não tem conseguido fazer uma leitura da realidade da vida dos mesmos, de suas

XX

necessidades, de sua história. Ideologicamente, reproduz um sistema de discriminação e exclusão, o que faz com que busquem outros meios de subsistência. E como um adolescente da classe pobre que aos doze, treze anos, ou até menos, tem que deixar a escola para trabalhar, vai chegar a ascensão profissional?

Exemplo disso é o adolescente A .V.S. de 17 anos, que abandonou a escola aos doze anos para trabalhar. Hoje , com 17 anos e apenas com a 4º série primária trabalha como empregado no Camelô no Centro de Florianópolis e assim se justifica:

*“... parei de estudar, porque tinha que trabalhar, pra ajudar em casa. Tive que largar tudo; se pudesse voltava pra cá e pra escola”. (A .V.S.)*³

Se para o adolescente de classe média suas escolhas estão vinculadas às exigências de posição do seu meio social, para o adolescente de baixo poder aquisitivo, a sociedade não dá opção e lhe cobra responsabilidades precocemente.

Assim como A. V.S., outros adolescentes passam pôr dificuldades que são fruto de uma sociedade que não oferece condições mínimas de vida às suas crianças e adolescentes.

³ A .V.S. quando se referiu a “voltar para cá”, falava de voltar para a Casa da Liberdade: Espaço cidadão.

São de adolescentes como A.V.S., que trataremos no próximo item deste trabalho. Vamos mostrar o perfil dos adolescentes atendidos na Casa da Liberdade: Espaço Cidadão.

2.2 - O adolescente da Casa da Liberdade: Espaço Cidadão é igual a todo adolescente ?

As transformações, biopsicossociais , pelas quais passam os adolescentes não são privilégios de um ou de outro, mas de todos os adolescentes. Uns com mais dificuldades outros com menos, uns com maior intensidade outros com menor, isso dependendo também do meio em que vivem.

Entre esses adolescentes estão aqueles que não tem acesso aos direitos básicos para o seu desenvolvimento, ou seja, moradia digna, alimentação adequada, educação e saúde de qualidade, lazer, entre outras coisas.

São adolescentes que para sobreviverem, saem para as ruas em busca de uma solução, que nem sempre é satisfatória, sendo obrigados a se submeterem a situações indignas.

São esses adolescentes em situação de risco pessoal e social, que são atendidos na Casa da Liberdade: Espaço Cidadão, e com os quais tivemos oportunidade de trabalhar durante 18 (dezoito) meses, de agosto de 1995 à

dezembro de 1996, período de estágio curricular obrigatório do curso de Serviço Social.

No último semestre de estágio curricular, efetuado na Casa da Liberdade: Espaço Cidadão, realizamos pesquisa para conhecer o perfil do adolescente que a freqüentava, pois este era o nosso objeto de estudo. A pesquisa foi realizada no 2º semestre de 1996, por mim, como estagiária de Serviço Social; utilizei para isso as fichas de cadastro dos adolescentes, realizei entrevistas com os mesmos e algumas famílias. O estudo abrangeu um universo de 192 adolescentes pesquisados.

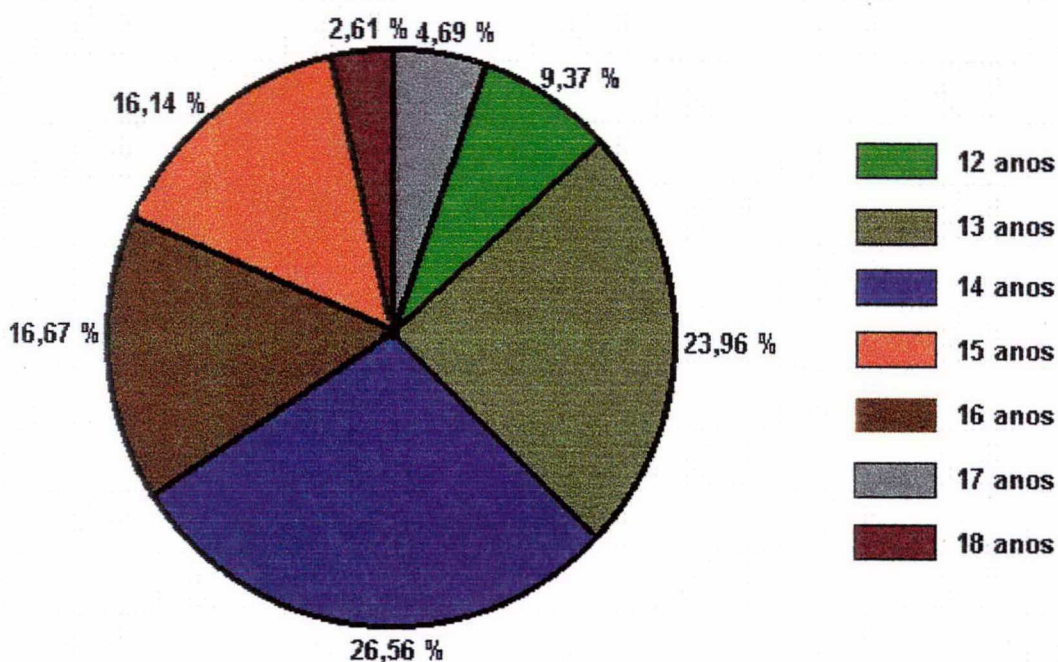
Para delimitar a idade dos pesquisados, adotamos a categoria adolescente, segundo o que diz o Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.0669, de julho de 1990 - no seu Art. 2º: *“Criança é a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”*.

No ano de 1996, a Casa da Liberdade atendeu cerca de 320 (trezentos e vinte) crianças e adolescentes, sendo que, 60% desse total eram adolescentes entre 12 e 18 anos, e 40% eram crianças entre 07 e 11 anos de idade.

Entre os adolescentes 26,56% deles se encontravam com 14 anos de idade, muitos em busca de um curso profissionalizante, pois é cada vez mais crescente o número de adolescentes ingressando no mercado de trabalho.

“A necessidade de manter-se ou reforçar a renda familiar impede que o adolescente desfrute integralmente dessa etapa de seu desenvolvimento, caracterizando a ausência da adolescência” (Neto,1990: 17).

O gráfico abaixo mostra a percentagem de adolescentes por idade, atendidos na Casa da Liberdade em 1996:



Nº 01

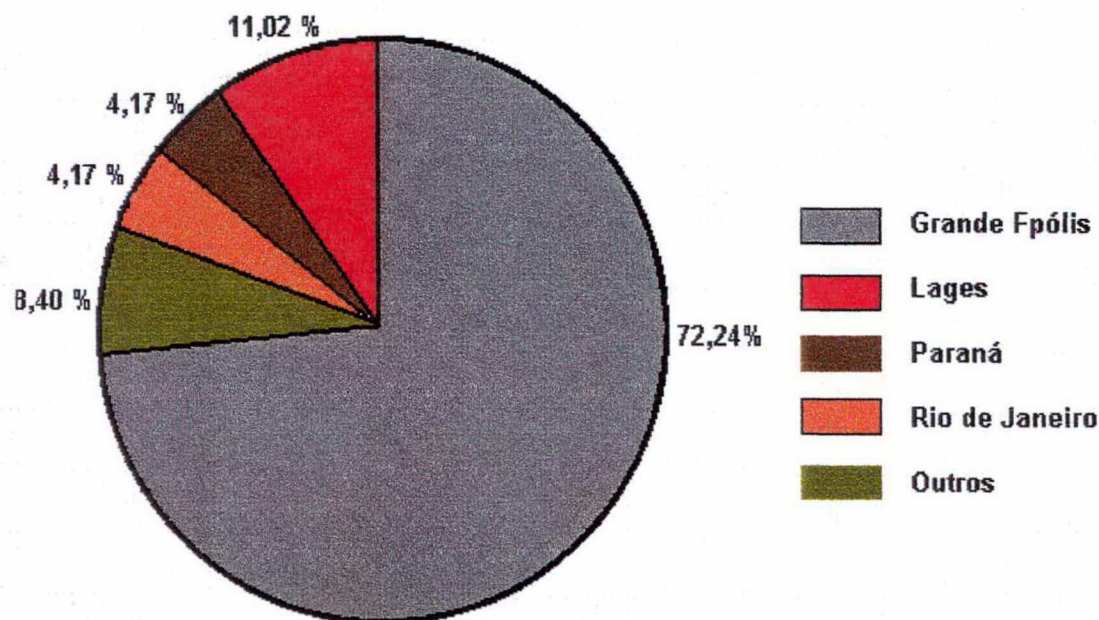
Com base no gráfico n.º 01, notamos que a permanência do adolescente no Programa, a partir dos 16 anos vai se tornando difícil, pois necessidade de

trabalhar para ajudar no sustento da família ou para suprir suas necessidades de adolescente. Segundo alguns depoimentos, como o adolescente G.P. de 13 anos:

“...eu quero trabalhar pra comprar coisas pra mim”.

A falta de políticas agrárias e as políticas econômicas dos últimos governos tem empobrecido cada vez mais a população brasileira, principalmente das áreas rurais, o que provocou a vinda das famílias do interior catarinense para a Capital, em busca de melhores condições de vida.

A ausência de segurança nas grandes cidades e capitais brasileiras, também contribuiu com a migração de famílias inteiras para Florianópolis, constituindo-se num percentual se não majoritário mas já preocupante. Esse contingente migratório acaba se instalando em lugares impróprios e sem condições de sobrevivência.



O gráfico n.º 02 nos mostra que os adolescentes atendidos na Casa da Liberdade no ano de 1996, são, na sua maioria, provenientes da região da Grande Florianópolis, ou seja, 72,24% dos adolescentes nasceram em Florianópolis ou em cidades vizinhas. Os outros 27,76% tem sua procedência das outras regiões do Estado de Santa Catarina, principalmente da região Serrana com destaque para a Cidade de Lages (8,40%), e de outros Estados como Paraná (4,17%) e Rio de Janeiro (4,17%).

Segundo pesquisa realizada pela Equipe de Abordagem de Rua, da Secretaria Municipal de Saúde e do Desenvolvimento Social da Prefeitura de Florianópolis, 20% das famílias abordadas nas ruas, são procedentes da região Serrana e principalmente da Cidade de Lages. A pesquisa destaca ainda, o Estado do Paraná com o maior número de famílias nas ruas de Florianópolis.

Segundo ainda esta fonte, Florianópolis contribui com 40% da população de rua. Estes como os demais buscam no centro da Capital do Estado Catarinense oportunidades (emprego, escola, programas de assistência).

Com base nos dados levantados podemos constatar que o número de adolescentes do sexo masculino é bastante significativo na Casa da Liberdade (59,90%), mas ao longo de 1996 o número de adolescentes do sexo feminino teve um aumento expressivo, chegando à 40,10%.

Nas ruas também foi constatado, pela Abordagem de Rua, que o número de meninos é maior (66%) do que o de meninas (34%), sendo que o último sofreu um aumento significativo.

As adolescentes passaram a freqüentar o Programa, principalmente, por causa dos cursos profissionalizantes de corte e costura, manicure e pedicure, mas consideramos que foi de fundamental importância a atenção concedida pelo Serviço Social às adolescentes, pois são muitas vítimas de violências domésticas e encontraram na Casa da Liberdade um espaço de segurança e de apoio.

Isso pode ser comprovado pela história de F.K.S. de 13 anos, que sofreu vários vezes assédio do padrasto. A mãe omitiu os fatos, tendo a menina pedido ajuda ao Serviço Social, sendo então encaminhada ao S.O .S. Criança, que providenciou, após investigação, a retirada da guarda da mãe passando para a avó. O Serviço Social da Casa da Liberdade prosseguiu acompanhando a adolescente que continuou frequentando as oficinas.

Outro aspecto positivo, em relação a permanência das meninas no programa, foram os atendimentos de grupo, onde meninos e meninas aprendiam a se respeitar, pois os meninos achavam-se donos do “pedaço” não deixando muito espaço para as adolescentes. Nos grupos, nas brincadeiras, nas trocas de informações na convivência e na oportunidade de se expressarem encontraram formas de permanência na Casa da Liberdade.

Nas atuais condições políticas, econômicas, sociais e culturais do nosso país, onde a maioria da população não tem acesso ao mínimo, onde a luta diária se dá pela sobrevivência, torna-se cada vez mais difícil o acesso e a permanência de crianças e adolescentes nas escolas; mesmo que o Art. 4º. do Estatuto da Criança e do Adolescente assegure que:

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos à vida, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e convivência familiar e comunitária”.

Como vemos, o Estatuto assegura o ingresso da criança na escola, mas a realidade não reflete o que está escrito, pois ele não garante a permanência da criança na escola. A pesquisa indica que não há analfabetos, entre os adolescentes da Casa da Liberdade, mas os números mostram que o percentual de crianças que aos 07 (sete) anos ingressam no primário não é o mesmo que deveria, aos 17 (dezesete) anos estar concluindo o 2º grau.

Os motivos que levam ao abandono da escola antes do tempo são os mais variados e entre eles está o fator econômico e a falta de um ensino dinâmico e atrativo, como mostra os depoimentos a seguir:

A.V.S. de 16 anos afirma: “...parei de estudar, porque tinha que trabalhar, pra ajuda em casa...”

F.K.S. de 13 anos conclui: “...reprovei na 1º. e na 2º. série, a professora era muito chata e eu não gosto de estudar...”

L.S.M. de 16 anos completa: “...parei de estudar na 5º. série por motivo de briga na escola agora tô fazendo supletivo de 5º. à 8º. no SESC.”

De acordo com Saviani (1986: 75,76):

“...a educação escolar resulta ser um instrumento básico para o exercício da cidadania. Ela, entretanto, não constitui a cidadania mas sim uma condição indispensável para que a cidadania se constitua. O exercício da cidadania nos mais diferentes organismos (sindicatos, partidos, etc.) não se dá de modo cabal sem o preenchimento do requisito de acesso a cultura letrada e domínio do saber sistematizado que constituem a razão de ser da escola”.

✓ A Casa da Liberdade, tem seu principal objetivo construir cidadania entendendo que a escola se constitui em um instrumento básico para a formação do cidadão. Desta forma tendo como princípio que todos os usuários deveriam estar freqüentando o ensino regular; aqueles casos, em que a situação escolar se encontrava irregular eram encaminhados pela Pedagoga do Programa através do responsável, para uma instituição de ensino formal. ✓

Entre os 192 (cento e noventa e dois) adolescentes pesquisados, 52,62% estão no primário e entre eles 12,50% freqüenta o supletivo de 1º. à 4º. série, 44,26% chegaram ao ginásio e só 3,12% estão no 2º.grau.

Poderiam esses índices de escolaridade dos adolescentes, ser um reflexo da escolaridade de seus pais?

Segundo a pesquisa, 33,85% das mães completaram o primário, 19,27% não completaram o primário, sendo que de 59 (cinquenta e nove) mães que ingressaram no ginásio apenas 18,75% concluíram o curso. Já os pais, 43,22% completaram o primário, 20,31% não completaram e só 11,45% concluíram o ginásio. Através de uma leitura preliminar talvez possamos relacionar a influência da situação da realidade sócio-econômico-familiar como a situação demonstrada pelo índice de escolaridade dos adolescentes obtido na pesquisa.

A equipe de Abordagem de Rua , classificou como preocupante a constatação de que 47% das crianças e adolescentes com idade escolar que se encontram em situação de rua, não estão e/ ou nunca estiveram na escola.

Continuando a análise, os dados levantados mostram que a maioria dos pesquisados reside em Florianópolis (76,57%), sendo que os Bairros com maior incidência são: Agrônômica com 13,54%, Monte Cristo 8,33%, Morro do Mocotó 7,81% e Prainha 7,81%.

Destes adolescentes 39,60% residem com seus pais, que são casados ou vivem maritalmente. Nos casos em que os pais são separados (40,10%), ou do falecimento de um dos cônjuges (13,03%) o adolescente passou a morar com a mãe (32,30%), ou com parentes (8,84%), ou ainda em Instituições (2,08%).

Nos casos em que o pai ou a mãe passaram a conviver com outro companheiro ou companheira, só 1,56% dos adolescentes permaneceram com o pai e a madrasta e 11,98% com a mãe e o padrasto. A convivência com padrastos não se mostrava muito favorável, pois eram constantes os relatos de violência doméstica onde geralmente o padrasto estava envolvido e a mãe era conivente, como a situação a baixo explicitada:

T.S. de 13 anos foi espancado várias vezes por seu padrasto, sendo a mãe conivente. O adolescente chegou a ser retirado de sua casa, pois o padrasto prometeu matá-lo. Nas ocasiões em que o Serviço Social conseguiu conversar com o autor das agressões disse estar apenas, “passando um corretivo”. O adolescente foi para o Albergue Santa Rita e o padrasto passou a agredir a mãe que continuou se submetendo às violências.

Na pesquisa realizada pela Abordagem de Rua, foram identificadas também outras estruturas familiares: mãe morando com filhos são 17% e pai morando com filhos são apenas 2%. Caracterizado como “outros” 28% desta estrutura familiar é formado por pai/madrasta; mãe/padrasto; avó/avô; irmãos

etc. O serviço de albergue é usufruído em caráter eventual por 9,91% da população entrevistada.

As famílias são numerosas: 21,35% são constituídas de 1 a 3 pessoas, 44,80% de 4 a 6 pessoas e 31,77% com mais de 6 pessoas.

Em 47,91% das famílias a renda familiar não ultrapassa 2 (dois) salários mínimos, 36,98% chegam a 4 (quatro) salários mínimos.

Ainda com relação a renda familiar constatamos como principais responsáveis as mães - como chefe de família - com um índice de 30,73%, isso devido ao grande número de separações e a dificuldade dos homens em manter a família devido ao desemprego, doenças, algum tipo de vício ou por formarem outra família. Isso ficou bastante visível nas reuniões de pais onde só as mães compareciam.

O pai e a mãe juntos ocupam o segundo lugar na responsabilidade pela renda familiar (27,08%). O pai sozinho ficou em terceiro (19,27%), mãe e padrasto aparecem com 9,37%.

Em relação ao tipo de trabalho dos responsáveis pelos adolescentes, 33,33%, pais ou padrastos, trabalham com carteira assinada em empresas de limpeza, de segurança, de construção, entre outras. Enquanto 28,64% trabalham como autônomos: pedreiros, vendedores ambulantes, carpinteiros, mecânicos.

As mães e/ou madrastas, são “do lar” (28,64%), outras 28,64% trabalham com carteira assinada e 20,83% são autônomas, na maioria diaristas. Esses números reforçam a evidência dos papéis que as mulheres estão assumindo no contexto familiar e social, mas também, apontam o agravamento da crise econômica ocorrida nos últimos tempos, tendo reflexos no poder aquisitivo das famílias.

A partir desses dados demonstrados poderemos responder às perguntas iniciais? - Quem é adolescente? Será que o adolescente pesquisado é igual a todos os adolescentes ?

Com relação a primeira indagação podemos concluir que: adolescente são todos os meninos e meninas, que por volta dos doze anos de idade começam a sofrer mudanças físicas e psicológicas até mais ou menos os dezoito anos de idade. É o abandono do mundo infantil para entrar no mundo adulto. O adolescente não é mais criança, mas ainda não é adulto, essa transição muitas vezes trazem alguns conflitos para os adolescentes.

Em relação a segunda questão podemos considerar que: o adolescente pesquisado é um adolescente como todos os outros, que passa por mudanças biopsicossociais, pela puberdade, pelo crescimento rápido; porém é o adolescente que está à margem da sociedade, que não tem acesso ao mínimo necessário para uma vida saudável e digna. A diferença entre os adolescentes de

classe média e os de baixa renda está basicamente nas condições socio-econômicas de um e de outro, ou seja, são adolescentes biologicamente iguais, mas socialmente diferentes.

CAPITULO III

A CIDADANIA EM CONSTRUÇÃO

3.1 - Os primeiros sinais de cidadania.

Sabemos que o conceito de cidadania é amplo e abrange várias dimensões . Entre elas se destacam aquelas que regulam os direitos e os deveres dos indivíduos e dos grupos na sociedade.

Como afirma Ferreira, (1993: 20):

“...a cidadania é um duplo na identidade do homem. Na esfera individual , cada um é único é inigualável; na esfera pública cada um é um cidadão, teoricamente igual a todos os outros assim considerados” .

Ainda dentro da visão dos conceitos, a cidadania individual surge com a modernidade nos séculos XVII e XVIII e pressupõe a liberdade e a autonomia num sistema de mercado, livre manifestação de suas opiniões essencialmente através do voto. Sugere o Estado como mediador e se caracterizou em diversos momentos pelas lutas civis e políticas.

A cidadania coletiva refere-se, primeiramente, às origens clássicas do cidadão da polis grega, que diz respeito a uma dimensão cívica, onde os cidadãos exercitam virtudes cívicas.

A segunda referência, da cidadania coletiva, trata da contemporaneidade. Busca leis e direitos sob a forma de concessão de bens e serviços e não apenas tornando esses direitos em lei; reivindica espaços socio-políticos sem precisar homogeneizar e perder sua identidade cultural.

O importante é que o processo de construção da cidadania não é linear, pelo contrário, foi e é repleto de avanços e recuos, na sociedade contemporânea que ainda, urge pela cidadania.

Ao logo dos anos o conceito de cidadão e de cidadania vem adquirindo particularidades. Historicamente consolidaram-se momentos concretos em que houveram avanços significativos na luta pela cidadania. “...o cidadão não aparece de um momento para o outro...” (BARACHO, 1995: 01).

E é na perspectiva do momento histórico que nos propomos a compreender como tem se processado a cidadania no Brasil.

A cidadania do império colonial, restringia-se às temáticas do ser “nacional” e do “nativismo”. A luta pela cidadania nesse período teve sua maior expressão na luta pela independência política da nação. Era a busca da cidadania coletiva de um povo, que constituía as bases para o surgimento de uma identidade política. As lutas e movimentos, apesar de reivindicarem direitos

sociais elementares, como o direito à vida, foram de grande importância para a época.

Na fase imperial a cidadania se amplia na luta do ser “nacional” juntando-se a ela as lutas pelo trabalho livre. Às reivindicações “igualitárias” existentes até a primeira metade do século XIX, se restringiam à esfera socio-econômica e não a política. Na segunda metade do século XIX, é que o movimento abolicionista propõe o término do trabalho escravo, tornando-os cidadãos, sujeitos de direitos, ou seja, trabalhadores livres.

As desigualdades sociais eram gritantes, marcadas por uma sociedade onde havia o escravo e o luxo da corte . Só era cidadão quem tivesse posses, propriedades e/ou um título de nobreza.

A cidadania construída com a República, trouxe fatos novos. Uma nova ordem em termos de regime político, foi instaurada, mas as raízes oligarquicas e elitistas restringiram o perfil dos sujeitos a terem direitos à cidadania política: as mulheres, os mendigos, os soldados, os religiosos e os analfabetos foram excluídos do direito ao voto.

No século XX, a luta pela cidadania cresceu. Novas demandas surgiram, noções modernas de direitos políticos são incorporados, na busca da alteração da ordem conservadora vigente. Surge a luta por eleições “limpas”,

pelo voto da mulher e das outras categorias excluídas desse direito e principalmente, a luta por direitos sociais trabalhistas.

Nos anos 30, são introduzidos os direitos trabalhistas através da legislação trabalhista. Os novos direitos marcaram um avanço na cidadania brasileira.

No período populista a cidadania se expressava através do voto. Nesse período criaram-se espaços para emergência de organizações populares como as associações de bairros . Esse fato levou a uma certa politização da população que denunciou a precária cidadania que possuía.

O processo de construção da cidadania sofreu avanços e recuos, altos e baixos. Em alguns períodos houveram perdas, retrocessos e supressão de direitos básicos, principalmente nos golpes de estado, nos estados de sítio e na ditadura militar (1930 - 1945 e 1964 - 1984).

Profundas marcas foram deixadas na história do Brasil pela ditadura, onde se priorizou e incentivou o processo de industrialização não se envolvendo nas questões relativas à cidadania. Questões como: moradia, saúde, educação, lazer entre outros não foram considerados. Neste cenário de exclusão social que grande parcela da população se encontra.

“Os anos 70 e 80, no Brasil, foram impulsionados pelos anseios de redemocratização do país, pela crença no poder quase que mágico da participação

popular, pelo desejo de democratização dos órgãos, das coisas e das causas públicas, pela vontade de construir algo a partir de ações que envolviam os interesses imediatos dos indivíduos e grupos. Os movimentos sociais, expressaram a construção de um novo paradigma de ação social fundada no desejo de se ter uma sociedade diferente, sem discriminação, exclusão ou segmentação” (GOHN, 1994: 08).

Os movimentos sociais de 70 e 80, buscavam a articulação entre valores maiores e carências econômicas, com o desejo de mudança política.

Os anos 90 talvez venham a ser conhecidos como a década das lutas cívicas pela cidadania. Isso porque vem se observando os números de ascensão de lutas que afetam o conjunto da população, ou ainda, ações que refletem no cotidiano da vida de todos os cidadãos.

Nos anos 80, os moldes referenciais adotados não tiveram êxito, deixando um saldo paradoxal: de um lado foi o período considerado perdido economicamente, deixando seqüelas para os anos 90; de outro ganhou a organização da sociedade brasileira em vários níveis e instâncias: no campo político e no cultural. Neste período tivemos o fim da ditadura e a volta da democracia com eleições ainda indiretas, mas a caminho das diretas e a uma nova Constituição.

{
 A Constituição de 1988, propunha igualdade de princípios entre
 }
✱

homens e mulheres, jovens e velhos e entre brancos e negros. Trouxe muitas leis

que tratam da efetivação dos direitos sociais do cidadão. Nos anos 90 o modelo referencial, passou a enfatizar os valores da ética e da moral: moral sem corrupção, com dignidade.

A população brasileira tende a não acreditar mais na política, nos políticos e nas ações do Estado; tudo isso resultado de uma política neo-liberal, introduzida nos anos 80 e a decepção com o governante escolhido pelo povo na tão esperada eleição direta para Presidente. Em contra partida a essa descrença, grupos crescentes da sociedade civil passaram a acreditar cada vez mais em suas capacidades de ações, independente de fazerem suas próprias políticas. Na busca de qualidade de vida, pela paz, pela não violência, pela não miséria...

A cidadania vem a ser algo maior do que participar da vida da cidade, mas participar consciente e ativamente da vida desta. Conhecendo e lutando por seus direitos e assumindo seus deveres; buscando seu espaço na sociedade sem prejuízo para si e para o outro.

E foi na busca deste espaço que procuramos trabalhar com os adolescentes da Casa da Liberdade.

No próximo item, mostraremos como o Serviço Social participou da construção da cidadania junto a esses adolescentes.

3.2- Em busca da cidadania.

O agravamento da crise econômica, que provoca desemprego, miséria e fome em nosso país atinge as famílias de baixa renda das cidades ainda de forma mais dura, principalmente quando “expulsa” para as ruas crianças e adolescentes. [Este problema social talvez nunca tenha tido as proporções verificadas até hoje no país, com milhares de meninos e meninas pelas ruas rumo a marginalidade, à criminalidade, à miséria e longe da cidadania.

Nas sociedades capitalistas, como o Brasil, verifica-se uma contradição entre o processo de concretização dos direitos formais da cidadania e a desigualdade de classes. A cidadania implica na obtenção de direitos e o compromisso do cumprimento de deveres para com a comunidade. Portanto, para que a conquista da cidadania não se torne apenas a legitimação da desigualdade social existente, faz-se necessário que ela seja um dos aspectos do processo de transformação das estruturas sociais ao nível econômico e político.

Tradicionalmente a sociedade brasileira tem sido excludente. ✱
Participação efetiva raramente chegou a acontecer, com a maioria da população sendo percebida pelos setores dominantes como um conjunto indistinto, amorfo, mero receptáculo de propostas e políticas a ela dirigidas, mas nunca imaginada como agente capaz de transformar o seu destino, de fazer a sua própria

realidade. Sendo os meios de comunicação, principalmente a televisão, grandes colaboradores para que este fato tenha concretude.

Entre essa população estão os adolescentes, alvo dos setores dominantes, tornando-os parte dessa população amorfa, através da sua fragilidade diante do consumo alienado ou pela exclusão, onde comer muitas vezes consiste na única luta.

Sabemos que há no adolescente um potencial muito grande, necessitando, porém de chances para conhecer e refletir sobre seus direitos e decidir se vale ou não a pena lutar por sua cidadania que lhe é de direito. É preciso discutir suas idéias com respeito e seriedade.

Foi nesta perspectiva que, enquanto Estagiaria de Serviço Social, trabalhamos com os adolescentes da Casa da Liberdade.

A Casa da Liberdade, foi criada para atender exclusivamente meninos e meninas de rua. Porém no início dos anos 90 passou a atender também crianças e adolescentes das comunidades periféricas de Florianópolis, que ainda não estavam nas ruas.

O adolescente atendido na Casa da Liberdade, tem entre 12 e 18 anos de idade que significou 60% da população infanto-juvenil atendida no ano 1996, sendo que a maioria são provenientes da região da Grande Florianópolis (72,24%) ou da região Serrana de Santa Catarina. Possui uma escolaridade

muito menor do que seria o normal para adolescentes da mesma idade, ou seja, não chegam ao 2º grau aos dezessete anos já que aos sete anos deveriam estar ingressando na escola. Destes só 3,12% dos 192 (cento e noventa) adolescentes pesquisados estavam no 2º grau, 52,62% deles se encontravam ainda no primário. São carentes econômico e afetivamente, tendo uma referência familiar, sendo que consideramos como família “núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidos (ou não) por laços consangüíneos. Tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserida”⁴. Muitos desses adolescentes possuem no seu cotidiano histórias de violência e exploração, reproduzidas no convívio com outras pessoas.

Em nossa atuação no Serviço Social os adolescentes aprenderam que a Casa da Liberdade era um espaço de participação. Neste espaço, se constituiu o vínculo entre Serviço Social e adolescentes. Relação esta, que buscou uma melhor compreensão da realidade e uma conseqüente contribuição na busca de alternativas, organização e ampliação do atendimento objetivando maior e melhor qualidade no convívio.

Na Casa da Liberdade houve um empenho em socializar informações e de buscar uma ação coletiva a partir das necessidades sentidas pelos

⁴ Núcleo da Criança e do Adolescente.

adolescentes e funcionários. Como exemplo podemos relatar as mudanças implementadas no que diz respeito a reestruturação das turmas atingindo todas as faixas etárias e caracterizando e respeitando a individualidade de cada fase. No decorrer do dia-a-dia a atuação do Serviço Social partiu das situações vivenciadas, respeitando os objetivos do Programa e superando as dificuldades que surgiram.

Deste modo foi possível estabelecer um vínculo afetivo com os adolescentes com os quais tínhamos contato diariamente. Esses espaços possibilitaram o reconhecimento da realidade objetiva, bem como, momentos onde foram criados laços de solidariedade, compreensão e compromisso pessoal e coletivo frente aos problemas. Esses momentos de convívio concretizavam-se em vários momentos onde destacamos as refeições feitas em conjunto entre adolescentes e funcionários, durante os grupos de Serviço Social, nos diálogos, nos passeios de lazer e educação, nos atendimentos individuais na sala do Serviço Social.

Ao fazermos as refeições com os adolescentes, fazíamos do refeitório mais um espaço de aprendizagem. Aprendiam eles a utilizar garfo e faca, a sentar-se, à comer sem derramar a comida na mesa e aprendíamos sobre o cotidiano de cada um deles, sobre suas histórias. Vale salientar que esta forma de usar o refeitório como alternativa de integração, aprendizagem e trocas de

experiências entre Técnicos, professores e adolescentes foi muito mais rica a partir do que observamos no ano anterior quando as refeições eram servidas em pratos de plástico, com colheres e o prato de comida era servido pronto.

“Ser cidadão significa ser sujeito de direitos e de deveres. Cidadão é, pois, aquele que está capacitado a participar da vida da cidade literalmente e extensivamente da vida da sociedade”(SAVIANI, 1986: 73).

Pensando no exercício de direitos e deveres, que procuramos envolver os adolescentes na limpeza do refeitório tendo desta forma maior contato e responsabilidade com o funcionamento do espaço onde faziam suas refeições. Passaram a escolher e a servir seus alimentos e esse espaço educativo constituiu-se em um momento de avanço.

Nos grupos de Serviço Social, “Trocando Idéias”, realizados semanalmente também se constituiu em um espaço onde buscávamos passar informações, fazer reflexões e trabalhos como: colagem, recortes, desenhos sobre temas relacionados a cidadania. Nestes espaços o Serviço Social construiu com os adolescentes momentos e vivências no intuito de que coletivamente ou individualmente pudessem sustentar um processo de liberdade de expressão, criação e um entendimento das questões que os inquietavam. Sejam em relação

a sua vivência familiar ou comunitária, que possibilitassem avanços na conquista da sua cidadania.

Aprender com a própria experiência e com o outro fortaleceu nossa formação profissional, no sentido de assimilar com conhecimento e afeto esta fase tão decisiva da vida humana, a “adolescência”.

Vivemos momentos de afetividade, de escuta e de silêncio. Procuramos ter uma atitude amigável, sincera e participativa. Nosso esforço primava pela não reprodução do autoritarismo e a não imposição de comportamentos e valores convencionais, pois cada um tem seus próprios valores e crenças. Possibilitávamos reflexões sobre suas atitudes deixando-os pensar e sentir qual a melhor forma de se comportarem e de respeitarem as outras pessoas e a si próprios. Houveram momentos também de rebeldia, de gritos, de alteração por parte de alguns adolescentes. Esse espaço muitas vezes serviu para que expressassem suas angústias, seus descontentamentos e/ou seus gritos de socorro.

Ser violento muitas vezes se constituía na única forma em que o adolescente conhecia para traduzir seu pedido de ajuda. *“O espaço da cidadania se constitui através do exercício de atos e pensamentos experimentados de forma ampla e plural...”* (FRANÇA, 1994: 09).

A prática do Serviço Social se caracterizou pela construção de um processo educativo intervindo de forma a fazer com que a população adolescente, da Casa da Liberdade, marginalizada socialmente compreendesse sua condição e a partir desta, começasse a agir com uma consciência mais crítica e por consequência com vistas, a construção da cidadania .

Temos consciência de que a cidadania não se constrói de um momento para o outro, mas se conquista através da criticidade , da conscientização, da educação. Não somos nós que faremos cidadãos de um instante para o outro, mas como Assistente Social temos um importante papel para a construção da mesma. Seja na atuação interventiva contribuindo na discussão, reflexão e ação das necessidades específicas dos adolescentes, seja no papel de mediador, na proteção de seus direitos ou nas questões familiares, escolares entre outros, o Assistente Social tem um importante compromisso profissional de contribuir para a construção da cidadania, nas situações do cotidiano.

“Formar cidadão não é tarefa para um dia e, para contar com eles quando homens, é preciso instituí-los ainda crianças”(Rosseau, apud FERREIRA,1993:134).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dificuldades de ordem econômica e política pelas quais tem passado a sociedade brasileira, tem refletido na conquista da cidadania de modo geral.

A cidadania vem sofrendo oscilações entre avanços e recuos, ao longo dos anos: avançamos na abolição da escravatura, na conquista do voto da mulher, no direito a livre expressão. Recuamos em outros momentos, como o período de ditadura militar, onde não podíamos expressar nossos pensamentos, nossas vontades e fomos submetidos a um governo autoritário.

A ditadura acabou, mas ainda estamos atrás da cidadania que não temos, pois ainda somos um país com 32 milhões de famintos, com crianças e adolescentes marcados pela exclusão da escola, da família, da sociedade, desprovidos de seus direitos fundamentais necessários para a vida.

O adolescente normalmente sofre com este estado de estar adolescendo, pois o mundo está aberto para que ele o descubra, mas o mundo não está preparado para receber o adolescente e muitas vezes não o entende.

O adolescente busca sua identidade que lhe é negada, pois o mundo adulto ainda não compreendeu que é necessário discutir suas idéias com respeito e seriedade e não apenas negar seus pensamentos, suas vontades e necessidades.

A adolescência se torna mais difícil para aqueles adolescentes que, como disse Caetano Veloso, “...se lançam ao vento sem lenço e sem documento, nada nos bolsos ou nas mãos”⁵. São os adolescentes que, estão a margem de uma sociedade excludente que nega a eles direitos básicos como habitação, educação, saúde, lazer...

Os adolescentes das camadas sociais subalternizadas sabem que terão que fazer um esforço bem maior do que aqueles que pertence a burguesia para poderem realizar parte de seus projetos. A necessidade de trabalhar para sobreviver num país com profundos problemas econômicos faz parte da vida desses adolescentes desde muito cedo.

Essa necessidade de trabalhar, de sobreviver, priva os adolescentes da oportunidade de crescer como todos os outros adolescentes.

E é na perspectiva de proporcionar a esses adolescentes oportunidades de um desenvolvimento mais saudável que a Casa da Liberdade e o Serviço Social, vem buscando formas de oportunizar um espaço de educação, de cultura, e lazer, de discussão, de participação, de informação e de profissionalização, buscando a construção da cidadania .

Se a construção da identidade pressupõe que o adolescente se conheça e ao seu espaço, também pressupõe uma identificação com o espaço

⁵ Trecho da música “Alegria Alegria” de Caetano Veloso.

que convive, onde é cidadão. É este espaço que propomos juntamente aos adolescentes para os adolescentes, na Casa da Liberdade: Espaço Cidadão.

Registramos aqui nossas sugestões como forma de contribuir com a atuação do Serviço Social junto aos adolescentes e crianças da Casa da Liberdade, basicamente é necessário:

- Que este espaço continue sendo um espaço democrático ;
- Que os adolescentes possam ser ouvidos e respeitados nas suas opiniões e frustrações;
- Que o adolescente seja conhecido na sua totalidade para que possa ser entendido.

/ Sabemos que este será sempre um espaço de construção e de busca pela cidadania, pois se constitui num processo lento repleto de avanços e retrocessos, sendo de fundamental importância que todos os funcionários estejam envolvidos nesse processo, que tenham consciência da importância de sua profissão, seja ele Assistente Social, Pedagogo, Professor ou merendeira. /

O espaço conquistado entre 1995 e 1996, foi um grande avanço na história do Serviço Social da Casa da Liberdade.

Será essa conquista uma contribuição do Serviço Social para a construção da cidadania?

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- AZEVEDO, Guila. *Adolescência: ponto de apoio*. 2.ed. São Paulo: Scipione, 1995. 72 p.
- BARACHO, José Alfredo de Oliveira. *Teoria geral da Cidadania: a plenitude da cidadania e as garantias constitucionais e processuais*. São Paulo: Saraiva, 1995. 68 p.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A questão da educação popular*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. 198 p.
- BECKER, Daniel. *O que é adolescência*. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 97p.
- COELHO, Sônia Margarete. *Criança e adolescente um nova perspectiva na Casa da Liberdade*. 1991, Florianópolis, UFSC, TCC.
- DAMIÃO, Ada Stella Bassi. et al. *O novo cidadão brasileiro*. Rio de Janeiro: Salamandra Fiat Automóveis, 1987.
- DEMO, Pedro. *Cidadania tutelada e cidadania assistida*. São Paulo: Autores Associados, 1995. 171 p.
- DEMO, Pedro. *Pobreza política*. 3.ed. São Paulo: Autores Associados, 1991. 111 p.

- *Estatuto da criança e do adolescente*. Lei n.º 8.069/90.
- FERREIRA, Nilda Teves. *Cidadania: uma questão para a educação*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. 264 p.
- FRANÇA, Maria Inês (org.). *Desejo, barbárie e cidadania: uma articulação entre psicanálise e política*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995. 186 p.
- GOHN, Maria da Glória. A formação da cidadania através das lutas e movimentos sociais. *Movimentos Sociais e Cidadania*, Campinas, n.1, p.1-13, maio 1994.
- KALOUSTIAN, Silvio Manoug (org.). *Família brasileira: a base de tudo*. São Paulo: Cortez, 1994. 184 p.
- NETO, Francisco Batista. *A geração dos anos 90: perfil do adolescente: perfil do adolescente*. Florianópolis: Promover, 1990. 164 p.
- PINTO, Rosa Maria Ferreira. *Política educacional e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1986. 126 p.
- SAVIANI, Demerval. Educação, cidadania e transição democrática. in: CROVE, Maria de Lourdes Manzini (org.). *A cidadania que não temos*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p.73-85. 189 p.

- SELL, Dilmar. *Como trabalhar a cidadania do adolescente*. 2.ed. Lages: Caritas Diocesanas de Lages, 1995. 33 p.
- SPINK, Mary Jane Pires (org.). *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994. 197 p.
- TEIXEIRA, JOÃO Gabriel Lima Cruz. *A construção da cidadania*. Brasília: Universidade de Brasília, 1986. 268p.
- WANDELLI, Raquel (coord.). et al. *Cartilha da cidadania: a história de Cid Adão*. Florianópolis: Fórum Permanente de Assistência Social de Santa Catarina, 1994. 14 p.
- VIEIRA, Evaldo Amaro. As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 53, p. 67-73, mar. 1997.

ANEXO I

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
DIVISÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Aguiar
SP.

RELATÓRIO DO PRIMEIRO SEMESTRE/ 1996

PROGRAMA:	CASA DA LIBERDADE
INICIO DAS ATIVIDADES DE 1996:	02.01.1996
NÚMERO DE REMATRÍCULAS:	
COORDENAÇÃO:	Silvanira Lisboa Scheffler.

QUADRO Nº 1 - DADOS ESTATÍSTICOS

ATIVIDADE	JANEIRO	FEVEREIR O	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
Nº Matrícula Novas	62	16	42	41	69	-	230
Nº Crianças frequentando	97	109	143	134	238	220	220
Nº Crianças evadidas	-	04	03	05	15	18	45
Nº Crianças aguardando vagas	62	44	38	57	33	24	258
Nº Dias trabalhados	22	18	21	22	18	15	116
Nº Educadores	12	13	15	18	23	23	23
Nº Refeições	1995	1020	2.280	2730	1709	1718	11.452
Nº Encaminhamentos: (Quadro 2)							
Nº dias que utilizou o carro	09	06	10	12	04	05	46
Nº Reuniões de Pais	-	-	-	-	-	-	-
Nº de Pais que participaram das reuniões	-	-	-	-	-	-	-
Nº Atendimentos à família (Quais? colocar quadro 3)	12	23	46	51	47	54	233
Nº Contatos com outras instituições (Citar no quadro 4)	05	12	92	80	62	50	301
Nº de Cursos que participaram (Citar quais no quadro 5)	-	-	-	04	01	03	08
Nº de profissionais que participaram em cursos (Citar quais no quadro 5)	-	-	-	06	01	06	13
Nº Reuniões da equipe	01	03	02	02	02	02	12
Nº estudo de Caso	01	04	08	07			
Passagens Educativas	01	-	01	04	02	-	08
Nº crianças Perdidas	64	-	12	72	22	-	170

SP.

QUADRO Nº 2 - TIPOS DE ENCAMINHAMENTOS

	Descrição
Saúde	Posto de Saúde, Hospital, Dentista
Educação	Colégios e Escolas
Trabalho	AFIUV - PROMENOR
Curso Profissional	TEMPUS - OF. PROFISSIONALIZANTES
Documentação	Carteira Profissional Certidão Nas. Fº
Outros	

QUADRO Nº 3 - QUAIS OS TIPOS DE ATENDIMENTOS JUNTO À FAMÍLIA?

Atendimento	Encaminhamento	Nome do Profissional
Orientação Psico-Social	-	Serviço Social
Psicológico	-	Psicóloga
Orientação de Ed. Formal	Colégios e Escolas	Pedagoga
Apoio e Envolvimento	Cons. Tutelares	Ass. Social
Orientação	SOS Criança	Ass. Social

QUADRO Nº 4 - QUAIS INSTITUIÇÕES QUE MANTÊM CONTATO E POR QUE?

NOME INSTITUIÇÃO	POR QUÊ?
AFIUV	- Parceria diversas atividades
SESC	- Lazer e Atend. Odontológico
UFSC	- Estágio curricular e monitoria
UFSC - NETI	- Comp. Oluna 3ª idade - curso recep.
FCEE	- Encaminhamento alunos para Avaliação
Fund. Munic. Esportes	- Comp. 03 estág. de Ed. Física
Franklin Casades	- Reuniões parceria na CASA
Div. Exp. Educ. Prof.	- Parceria Cursos Profissionalizantes
CONSELHOS TUTELARES	- Encaminhamentos / Orientações
PROMENOR	- Oficinas Profissionalizantes / Bolsas
PROGRAMAS DA PMF	- Encaminhamentos / Informações

QUADRO Nº 5 - QUAIS OS CURSOS E QUAIS OS PROFISSIONAIS QUE PARTICIPARAM?

CURSOS	NOME DOS PROFISSIONAIS QUE PARTICIPARAM
Atividade Visual	Mª Dealtina
Educação e Informática	Paulo
ENTEPLIA	Mª Dealtina / Tônia
Acons. FIDIS	Gizeli / Maristela
Seminário	Mª Dealtina
Inst. Func. PMF	Gizeli
Semin. Pads. Infantil	Alzemei / Maristela
Semin. Cidadania	Silvanora / Del / Pedrig Palcos

SP

QUADRO Nº 6 - QUAIS AS PRINCIPAIS ATIVIDADES OFERECIDAS?

ATIVIDADES	PROFISSIONAIS
Cursoes Profissionalizante	- Div Cop Prof. e da CASA - AFLOW
Recreação e Jogos	- Ed. Física e Fund Mun Esp
Oficinas Educativas	- Educad. da CASA e da Franklin
Reforço Pedagógico	- Pedagoga e Educadora
Alimentação	- Merendeiras da CASA
Grupos de S. Social	- Assistentes Sociais
Grupos de Psicologia	- Psicólogo.
Visitas e Contatos Escolas	- Pedagoga.

QUADRO Nº 7 - QUAIS FORAM AS TEMÁTICAS TRABALHADAS JUNTO AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES?

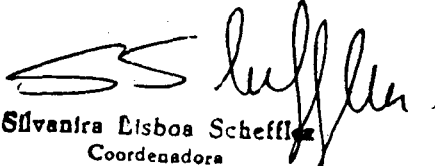
TEMÁTICA	PROFISSIONAIS
Arte Plástica	- Prof. Nei - Franklin Corcos
Higiene (Pichet/Sarna)	- Académ. Enfermagem.
Amor	- Assistentes Social.
FIOS.	- Ac. Enferm. e S Social
Drogas	- Académicas Enfermagem
Valores e Responsabilidade	- Assistente Social
Higiene	- Assistente Social.
Sexualidade	- Psicólogo.

QUADRO Nº 8 - DIFICULDADES E AVANÇOS

DIFICULDADES	AVANÇOS
① Curso	
② Material para Oficinas	
③ Vigas - nos cumprimentos do horário de chegada e saída.	
④ Segurança Interna e Externa	

QUADRO Nº 9 - AVALIAÇÃO E SUGESTÕES

1. Sentimos necessidade de mais dias do curso.


 Silvanra Lisboa Scheffler
 Coordenadora

Em 06.08.96

P.M.F. - CASA DA LIBERDADE

RELATÓRIO AVALIAÇÃO 1º SEMESTRE/96

P.M.F. CASA DA LIBERDADE
Av. Gustavo Richard, s/nº.
Anexo o Passarela do Samba
Fone: (048) 224-1256 - Centro
88010-290 - Florianópolis - SC

I - CURSOS/EVENTOS/SEMINÁRIOS PARA SERVIDORES DA CASA DA LIBERDADE

Ordem	Período	Evento	Participantes
01	03/04/96	Acuidade Visual	Maria Dealtina
02	12/04/96	Educação e Informática	Paulo C.Silva
03	15 a 19/04/96	ENTEPOLA	Mª Dealtina/Tânia
04	16 a 24/04/96	Aconselhamento em AIDS	Giseli/Maristela
05	27 a 31/05/96	Seminário da Geografia	Maria Dealtina
06	10 a 13/06/96	Integr. Funcionários PMF	Giseli
07	17 e 18/06/96	Semin. Trabalho Inf. Juvenil	Maristela/Alzemi
08	24 e 25/06/96	Seminário da Cidadania	Silvanira/Mª Dealtina/Beatriz P.

Nº CURSOS: 08

Nº PARTICIPANTES: 13

L

1

P.M.F. CASA DA LIBERDADE
 Av. Gustavo Richard, s/nº.
 Anexo a Passarela do Samba
 Fone: (048) 224-1256 - Centro
 88010-290 - Florianópolis - SC

II - PARCERIAS COM A CASA DA LIBERDADE

Ordem	Instituição	Oficinas	Período
01	AFLOV	Corte e Costura	08/01/96 até presente data
02	Franklin Cascaes	Dança Afro(Matutino)	Abril a Julho/96
03	"	Dança Afro(Vespertino)	Abril a Julho/96
04	"	Arte Folclórica	Abril a Agosto/96.
05	"	Brincando com Luz	Maió a Julho/96
06	"	Acrobacia	Abril a Julho/96
07	Fund.Munic.Esportes	Prof.Educ.Física(Mat.)	Maió a Dezembro/96
08	"	Prof.Educ.Física(Vesp)	Maió a Dezembro/96
09	"	Prof. " "(após almoço)	Maió a Dezembro/96
10	UFSC	Ofic.Comunicação	18/03 a 30/09/96
11	UFSC	Acadêmicas Enfermagem	11/04 a 20/06/96
12	UFSC -NETI	Curso Recepcionista	Abril a Julho/96
13	Voluntária	Início.ao Desenho	Abril até presente data
14	PMF - DCP	Manicure/Pedicure	14.05.96 - Suspenso.
15	"	Datilografia (Mat)	06/05.a 06/11/96
16	"	Datilografia (Vesp)	06/05 a 06/11/96
17	"	Encadernação	Maió a Julho/96

III - REFEIÇÕES

MÊS	CAFÉ MANHÃ	ALMOÇO	JANTA	SUB-TOTAL
JAN/96	500	920	575	1.995
FEV/96	255	448	317	1.020
MAR/96	458	1.148	674	2.280
ABRIL/96	490	1.444	796	2.730
MAIO/96	320	968	421	1.709
JUN/96	287	943	488	1.718
SUB-TOTAL	2.310	5.871	3.271	
TOTAL REFEIÇÕES				11.452

IV - LISTA ESPERA DAS OFICINAS PROFISSIONALIZANTES

OFICINA	Nº ADOLESCENTES AGUARDANDO VAGA
Informátiac (Mat)	48
Informática(Vesp)	75
Corte Costura	05
Datilografia (Mat)	22
Datilografia (Vesp)	75
Manicure/Pedicure	22
Recepcionista	11

TOTAL -- 258

4

P.M.F. CASA D.A. LIBERDADE
 Av. Gustavo Richard, s/nº.
 Anexo a Passarela do Samba
 Fone: (048) 224-1256 - Centro
 88010-290 - Florianópolis - SC

V - PASSEIOS EDUCATIVOS REALIZADOS

Ordem	Data	Local Passeio	Responsável	Nº crianças
01	23/01/96	Barra da Lagoa	Silvanira	64
02	27/03/96	Forte Sant'Anna	Alzemi/Mª Dealtina	12
03	06/04/96	Lagoa Conceição	Lindomar/Mª Dealtina	28
04	14/04/96	Gráfica UFSC	Alzemi	14
05	19/04/96	Planetário UFSC	Silvia	07
06	24/04/96	Exposição FAED	Alzemi	23
07	08/05/96	Biblioteca Estadual SC	Alzemi	11
08	09/05/96	Feira Livro Infantil	Alzemi	11

Nº PASSEIOS: 08

Nº CRIANÇAS E ADOLESCENTES: 170

VI - RELATÓRIO ESTATÍSTICO "ATENDIMENTOS REALIZADOS"

Atendimentos Individuais - 1.020
 Atendimento Familiar - 233
 Atendimento Visitante - 284
 Atendimento Grupo - 150
 Visitas domic./Colégios - 39
 Reuniões - 171
 Encaminham.Pedagógico - 130
 Encaminham.Merc.Trabalho - 01

P.M.F. CASA DA LIBERDADE
 Av. Gustavo Richard, s/nº.
 Anexo a Passarela do Samba
 Fone: (048) 224-1256 - Centro
 88010-290 - Florianópolis - SC

FAMÍLIAS ATENDIDAS

MÊS	Nº FAMÍLIAS ATENDIDAS NO 1º SEMESTRE/1996		
	Serviço Social	Pedagoga	Psicóloga
JAN/96	08	03	01
FEV/96	13	05	05
MAR/96	32	07	07
ABRIL/96	30	17	04
MAIO/96	35	10	02
JUN/96	35	13	06
SUB-TOTAL	153	55	25

TOTAL FAMÍLIAS ATENDIDAS: 233

S. Schiffer
 Silvanira Lisboa Schiffer
 Coordenadora

AVALIAÇÃO INTERNA DAS AÇÕES

I - FATORES LIMITADORES

- O fato de termos apenas 01 merendeira por período.
- Falta de mais Oficinas Profissionalizantes - permanentes e nos 2 períodos.
- Falta de material para as Oficinas, principalmente as P~~ro~~o fissionalizantes.
- Falta de alimentação, tendo em vista o significativo aumento do nº de crianças e adolescentes.
- Falta de responsabilidade e treinamento para os vigias.
- Demora no atendimento na manutenção dos micros.
- Falta de carros diariamente.
- Descompromisso de alguns servidores em relação às suas funções.
- Deficiência na estrutura física da CASA - aparecimento de goteiras e rachaduras.
- Falta de monitores (ou seguranças) para circular nos corredores, banheiros, recepção e pátio.
- Baixos salários.

II - FATORES FACILITADORES

- As oficinas da Franklin Cascaes e da Fundação Municipal de Esportes.
- Funcionários que realmente estão empenhados com o funcionamento da CASA.
- A colaboração de voluntários que se propõem a trabalhar voluntariamente tais como:
 - Profª Eunice - Oficina de Desenho
 - Profª Azumi - " de Origami (japonesa)
 - Profª Mary - " de Inglês (inglesa)



- Profª Nara - Oficina de Comunicação.
- Trabalho com a família através de Visitas Domiciliares e Reunião com os Pais.
- Promoção de Cursos de Capacitação
- Manutenção da Oficina e Professora de Corte e Costura pela AFLOV.
- Diversidade de Oficinas que possibilita variar os conteúdos e as técnicas, causando maior interesse.
- As Oficinas de Teatro (Franklin Cascaes), Comunicação (voluntária) e inglês (voluntária) foram muito proveitosas.
- Os passeios realizados durante o ano.
- As reuniões de Planejamento.
- Espaço físico da CASA é adequado para as atividades.

III - PROPOSTAS

- Procurar convênios para encaminhar os adolescentes - acima de 14 anos - ao mercado de trabalho - após passarem pelas Oficinas Profissionalizantes.
- Que se continue promovendo Cursos de Capacitação Profissional.
- Que se viabilize rondas policiais constantes nos arredores da CASA, por questão de segurança.
- Faixa de segurança e sinaleira na Av. Gustavo Richard, em frente ao Portão de acesso principal.
- Encontros bimestrais com os outros Programas da Divisão da Criança e Adolescente.

Florianópolis, Novembro de 1996.

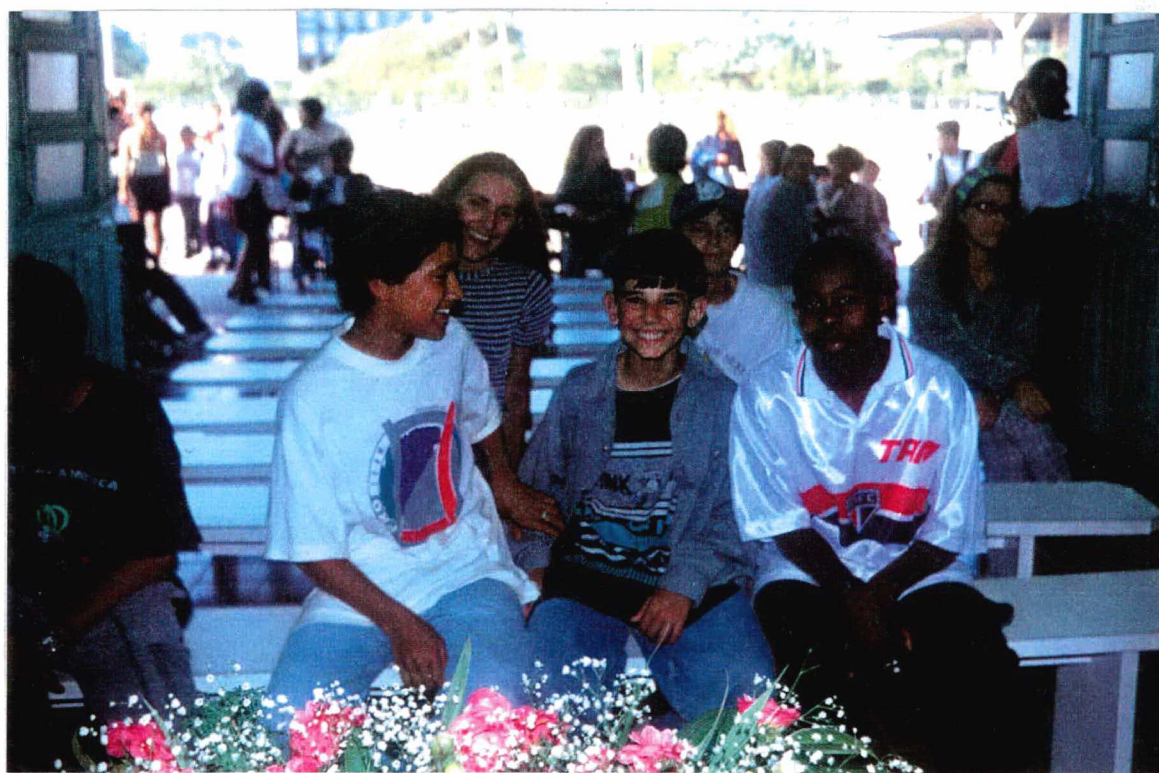


ANEXO II

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Formatura Dde Casa da Liberdade

1996



P.M.F. _ Casa da Liberdade

Formatura Oficinas Profissionalizantes

1996



P.M.F. _ Casa da Liberdade

Festa Junina - 1996





P.M.F. _ Casa da Liberdade

Participação em Jogos na Comunidade - 1996

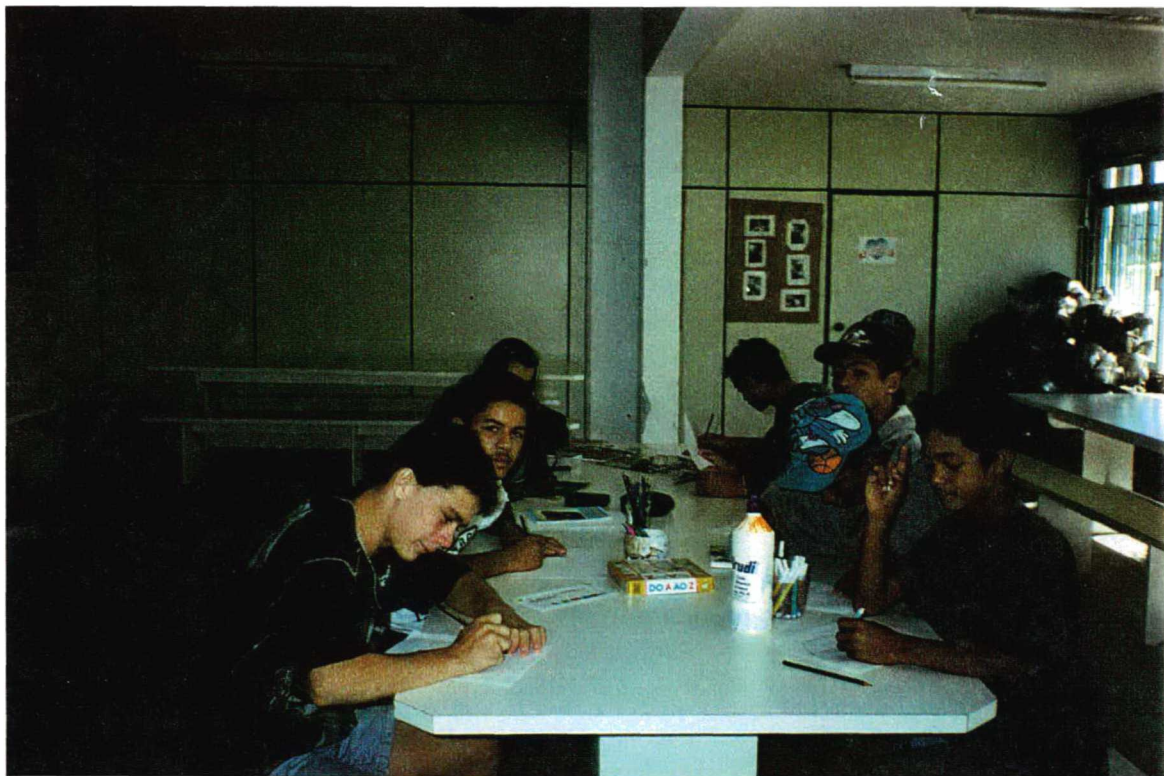


Entrega de Prêmios na Festa Junina



P.M.F. _ Casa da Liberdade

Oficina de Comunicação



P.M.F. _ Casa da Liberdade

Oficina de Comunicação

